

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALICE SALES

**GENTRIFICAÇÃO E LOUCURA: Como as cidades se (re)organizam como ferramenta
de exclusão social**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021

ALICE SALES

GENTRIFICAÇÃO E LOUCURA: Como as cidades se (re)organizam como ferramenta de exclusão social

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Alex Figueirêdo Da Nóbrega

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021

ALICE SALES

GENTRIFICAÇÃO E LOUCURA: Como as cidades se (re)organizam como ferramenta de exclusão social

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de ALICE SALES.

Orientador: Prof. Me. Alex Figueirêdo Da Nóbrega

Data da Apresentação: 15/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Alex Figueirêdo Da Nóbrega

Membro: Profa. Me. Larissa Maria Linard Ramalho/ UNILEÃO

Membro: Prof. Me. Tiago Deividy Bento Serafim/UNILEÃO

GENTRIFICAÇÃO E LOUCURA: Como as cidades se (re)organizam como ferramenta de exclusão social.

Alice Sales¹
Alex Figueirêdo da Nóbrega²

RESUMO

No tocante ao tema proposto é possível identificar uma das inúmeras consequências que se encontra intrínseca ao sistema moderno do capitalismo, esta que recai nos espaços urbanos, acarretando a então disputa por localizações dentro das cidades. Forçando assim uma parcela da população a migrar desses espaços, deslocando-as, em consequência acaba por justificar dessa forma o movimento higienista. Buscou-se apresentar as formas que o fenômeno da gentrificação se apresenta e a importância da compreensão do mesmo, relacionando este ao fenômeno da loucura e suas implicações em sociedade, apoiando nessa análise a utilização de exemplo. Tal estudo procurou articular três conceitos chaves: o capitalismo, a gentrificação e a saúde mental, para esse fim explorou os processos por qual a loucura em sociedade aparece e foi moldada, apresentando nessa trajetória as ferramentas empregues neste movimento, atribuindo ênfase a própria psicologia nesse cenário. Ao que se referiu a metodologia utilizada na referente pesquisa, a mesma se caracteriza como revisão bibliográfica, dispondo em seus dados o caráter qualitativo; empregou-se o viés exploratório para a composição da mesma, ancorando-se na literatura como forma da construção da análise.

Palavras-chave: Gentrificação. Loucura. Cidade. Capitalismo. Urbanismo. Psicologia social.

ABSTRACT

Regarding the proposed theme, it's possible to identify one of the numerous consequences that's intrinsic to the modern system of capitalism, which falls on urban spaces, causing the dispute for locations within cities, thus forcing a portion of the population to migrate from these spaces, dislocating them, as a result, ends up justifying in this way the hygienist movement. We sought to present the ways in which the phenomenon of gentrification presents itself and the importance of understanding it, relating it to the phenomenon of insanity and its implications for society, supporting this idea we present the use of an example in this analysis. This study sought to articulate three key concepts: capitalism, gentrification and mental health, to this matter it explored the processes by which insanity in society appears and was shaped, presenting the tools used in this movement in this trajectory, emphasizing psychology itself in this scenery. As for the methodology used in the related research, it is characterized as a bibliographic review, providing its data with a qualitative character; an exploratory bias was used for its composition, basing itself on the literature as a way of constructing the analysis.

Keywords: Gentrification. Madness. City. Capitalism. Urbanism. Social Psychology.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: alicesales92@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email:alexfigueiredo@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Inegável se pensar sobre a criação do projeto urbanístico de um centro sem se remeter a três agentes que realizam a concepção desse processo - o capitalismo, a gentrificação e a saúde mental. De tal forma, propõe-se a abertura de um espaço para o levantamento de ideias sobre esses três tópicos que se fundem na ambientação deste estudo, dessa maneira nos levamos, com relevância em tal trabalho, como tema, a tentativa de trazer à tona a discussão sobre a gentrificação dos espaços urbanos e qual sua relação com o processo de marginalização, em especial de sujeitos estigmatizados com transtornos mentais, em função de uma cultura neoliberal no contexto contemporâneo. Orientando-nos pelo questionamento proposto, que consiste em explorar, de que forma a gentrificação dos espaços urbanos e sua relação com a cultura colabora para a marginalização e estigmatização da loucura.

É possível identificar uma das inúmeras consequências que se encontra intrínseca ao sistema moderno do capitalismo, onde a lógica de produção competitiva dita valor e alimenta uma ótica consumista que vem exigindo cada vez mais dos espaços urbanos, culminando em uma delimitação de fronteiras mais incisivas. Justifica-se a organização de tal trabalho ao se deparar com a contradição exposta por um sistema neoliberal, que em essência deveria caminhar em direção ao progresso, entretanto, percebe-se antagônico a isso, como Lacerda-Júnior (2010) nos aponta, quando revela que “a dominação global e total do capital não significa que o capitalismo foi bem-sucedido, mas sim que a manutenção deste sistema, a longo prazo, levará a destruição das condições de existência da humanidade.” (p. 311). Dessa forma, apresenta-se efetivamente de maneira que nos leva a questionar sua eficiência em operar no enfrentamento à violência, à estigmatização, à repressão e marginalização, o que nos provoca constantes indagações sobre tal assunto. A presente pesquisa tenta compreender, portanto, os fatores que atravessam esse fenômeno, suas implicações e impactos na sociedade atual. Com isso, contribuir, para a literatura futura em vista a introduzir referida temática, ainda pouco articulada no meio acadêmico, de modo a potencializar tais discussões.

Apoia-se na literatura para oferecer um sentido mais coeso ao se referir a gentrificação, essa que pode ser definida como o “processo de expulsão da população de baixa renda em certos bairros centrais da cidade, sua substituição por moradores de classe média e a renovação das moradias, transformando completamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos.” (SILVEIRA, 2007, p. 7). A então disputa por localizações dentro dos centros urbanos começa a se desvelar, os locais desejados costumeiramente são projetados e produzidos em prol das classes mais elitizadas, forçando assim uma parcela da população a

migrar desses espaços, deslocando-as, produzindo segregações. Trata-se de um processo, muitas vezes, violento, no qual corpos que não contribuem ao imaginário, atribuídos posteriormente a espaços selecionados, são retirados de seus direitos e destituídos de seus valores, negando-lhes uma virtude básica e natural do homem. Os signos, significados e símbolos são recriados, a imagem urbana que carregava caráter de morada e trabalho é imbricada de estereótipos violentos, atribuindo assim a necessidade de modificar tais lugares, “busca esconder as tensões que são inerentes a esses espaços e, assim, procura esterilizar a própria esfera pública, o que, evidentemente, esterelizaria qualquer experiência e, em particular, a experiência da alteridade nas cidades” (JACQUES, 2012, p. 14).

Falar desse processo é, primordialmente, falar sobre formas de exclusão, uma vez que, são observadas como fronteiras espaciais, justificam, assim, a marginalização de corpos, a designação de perigo, e ao apagamento da subjetividade, ao passo que colabora para a manutenção de tal realidade segregacionista. Historicamente, é possível observar que esses processos de exclusão, segregação e marginalização atingem grupos mais vulneráveis em termos sociais, políticos e econômicos. Dentre esses grupos, é possível destacar aquelas pessoas que, por uma série de motivos socialmente construídos e chancelados pelo saber-poder da ciência, são considerados fora da razão dita “normal”, ou seja, aqueles sujeitos considerados loucos. Observa-se que “como fenômeno socialmente produzido, a loucura apresenta características próprias da civilização, [...] é unicamente com a emergência da sociedade capitalista que ela se dissemina e se estrutura como epidemia entre as massas empobrecidas.” (MENEGAT; DUARTE; FERREIRA, 2020, p. 103) Deste modo, uma cidade adoecida, perpassada e marcada pela vigilância e organização classificatória que a prende em situações cristalizadas é, dessa maneira, retirada de si a sua habilidade e competência de funcionalidade, agindo indiscriminadamente e intrinsecamente sobre diversos corpos, criando assim a ilusão da compreensão popular.

Conforme destacado, este trabalho apresenta como objetivo geral a realização de uma análise aprofundada a respeito dos espaços urbanos sociais sob a perspectiva do conceito de gentrificação, articulando a problemática visão contemporânea da apreensão da loucura. Como seus objetivos específicos pretende-se seguir uma linha temporal de forma a apresentar as noções mais comumente consideradas sobre loucura em diferentes demarcações de tempo; assim como destacar como o conceito de gentrificação se relaciona com o sistema capitalista, e sua participação na rotulação e marginalização do doente mental a fim de exemplificar sua influência em território nacional.

2 METODOLOGIA

No que se refere à metodologia utilizada em referente pesquisa, utilizou-se o viés exploratório para a composição da revisão bibliográfica indispensável para a assimilação e domínio da realidade que se busca explorar. O trabalho assume caráter de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, onde “costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho torne-se significativamente mais complexa” (GIL, 2002, p. 90), buscando assim, também, apoio na utilização de análise de exemplos do fato que procuramos explorar, visando com tal artifício, proporcionar uma melhor visualização do cenário que propomos nos aprofundar em referida tese.

Uma vez que o expresso estudo apresenta em seu objetivo geral, a realização de uma análise, é desta forma, que se busca apresentar as variadas formas que o fenômeno da gentrificação se apresenta e a importância da compreensão do mesmo em âmbito mais abrangente, uma vez que, a idealização do desenho dos espaços urbanos é ditada em grande escala pela própria cultura que os permeia. O intuito do estudo é ilustrar tal problemática em prol de exemplificar primeiramente que a perpetuação do conhecimento possa acarretar ferramentas de exclusão e justificação de processos segregacionistas. Contudo, também desejamos apontar como as formas de pensar mais inclusivas que compreendam tais corpos imbricados, também, de relevante subjetividade, possam se mostrar oportunos modelos de suporte contra esse mesmo movimento.

Assim como a supramencionada articulação que se objetiva realizar, pretende-se utilizar de exemplo o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB), a fim de promover reflexões sobre como essas formas de saber compartilhado podem demonstrar a importância de se proporcionar uma melhor vivência de portadores de transtornos mentais e sua normalização dentro da esfera urbana. A pesquisa busca ocorrência em âmbito natural e coleta direta de dados de forma descritiva. Utilizando-se como fonte de informação em bancos de dados científicos, assim como livros, a título de exemplo as obras: História da Loucura (FOUCAULT, 1972), Holocausto Brasileiro (ARBEX, 2013) assim como Cidades Rebeldes (HARVEY, 2014), publicações periódicas em sites como SciELO, BVS-psi, Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, e impressos diversos, utilizando assim, como palavras chaves da pesquisa os seguintes termos: gentrificação, urbanização, saúde mental, história da loucura, capitalismo, história da psicologia, entre outras semelhantes combinações.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A LOUCURA NA HISTÓRIA

Neste tópico serão discutidas, em uma linha temporal, as manifestações da loucura em certos recortes da história concebendo o homem em sociedade. Buscará pontuar dessa forma, as transformações históricas pelas quais passou a doença mental e os diversos lugares que a figura do louco ocupou na sociedade, e de que forma seu desenvolvimento foi influenciado com a cultura que a permeou até a modernidade da qual somos familiarizados. A discussão pretende atravessar sua conceituação desde a Idade Média, incluindo seu processo de institucionalização, utilizando-se como suporte uma análise a partir das obras de Foucault. Por fim, pretende-se similarmente revisitar essa trajetória no Brasil, compreendendo o que há de particular na nossa história com a loucura.

3.1.1 O Lugar da Desrazão

Ao discutirmos o fenômeno da loucura, deparamo-nos primeiramente com seus caminhos ao longo do tempo, e em sociedade, para que os mesmos possam nos clarificar a extensiva carga cultural que transportam. Eram visíveis as inúmeras maneiras que a loucura se apresentava e era compreendida, buscando encontrar uma síntese, apresenta-se a passagem do sujeito sendo alvo de diferentes formas de denominação nesse processo, ao ser visto como livre, aprisionado, institucionalizado e essa destituição, a apropriação da ciência em relação a tal conceito e seus discursos que silenciavam indivíduos que o social buscava deixar calados. Portanto, falar de loucura é necessariamente falar do sujeito louco, em outras palavras, “a história da relação do ser humano com a loucura é, desde os primórdios da civilização, a história da tolerância para com a diferença entre as pessoas.” (COSTA, 2003, p. 136). A representação da desrazão, popularizada, somente passa a ser atribuída posteriormente, pois nem sempre o louco carregou esse significado, pelo contrário

na Grécia antiga ela já foi considerada até mesmo um privilégio. Filósofos como Sócrates e Platão ressaltaram a existência de uma forma de loucura tida como divina e, inclusive, utilizavam a mesma palavra (*manikê*) para designar tanto o ‘divinatório’ como o ‘delirante’. (SILVEIRA; BRAGA, 2005, p. 592)

Mas é a partir de marcos históricos bem colocados que a diferença começa a se instalar, e nesse aspecto, referimo-nos à intolerância instaurada na Idade Média, não somente aos loucos, mas às mulheres e os mais suscetíveis e fragilizados daquela época. O que se estabelecem como caracterizantes desse movimento podem ser destacados como a

queda do poder dos senhores feudais pelo fortalecimento do poder centralizador dos monarcas aliado ao ascendente poder da burguesia, a descoberta da pólvora, a invenção da imprensa, proporcionando a auto-educação, o acesso aos conhecimentos e o fluir das informações, as epidemias de peste, que ceifaram a vida de cinquenta por cento da população da Europa, tudo isso agregado à crise dentro da Igreja Católica, após a frustrada tentativa de inibição da sexualidade de monges e freiras pelo celibato compulsório. (COSTA, 2003, p. 136)

Somente a partir da experiência de doenças extremamente contagiosas e o sucesso da atribuição dada aos hospitais gerais da época ao cuidado com esses corpos, que a loucura passa a conferir o mesmo estatuto de atenção, nesses espaços que em suma são lidos e associados ao caráter assistencialista. O potencial higienista é então atribuído, iniciando esse processo mais acentuado de exclusão social, “tanto a pobreza quanto a loucura – e logo, um vira sinônimo do outro -, são entendidos como se fossem designados por Deus para receberem uma purificação de espírito.” (DELAJUSTINE, 2014, p. 9). Os leprosos dão lugar ao louco como prioridade para limpeza do contexto urbano, não necessitam ser vistos, não são pertencentes ao meio social.

A implicação da igreja católica e suas reformas; em tais questões, atribuí um cenário mais hostil quando se trata desses sujeitos. A misoginia também fomentou o palco no qual esse tratamento foi sendo moldado, com a difusão de uma fé católica e a afirmativa propagada em que as paixões dos homens poderiam ser explicadas como possessões demoníacas. Por volta do ano 1485, por autoria de “dois monges dominicanos alemães Johann Sprenger e Heinrich Kraemer” consagra-se como a Bíblia da Santa Inquisição o livro *Maleus Maleficarum* (Martelo das Feiticeiras) (COSTA, 2003, p. 137) E é nesse cenário na qual uma nova diferenciação na sociedade irá se manifestar, resultando em novas maneiras de compreender a loucura e seus portadores, é assim que surgem os loucos ditos incapazes, irresponsáveis e violentos, como afirma Costa (2003),

homens e mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos, pessoas com limitações físicas, perturbados ou somente hereges e contestadores, perseguidos por uma população manipulada pela ignorância e tomada pelo medo, torturados nos porões dos Tribunais da Inquisição, com pouco ou nenhum controle quanto as suas subjetividades, com suas fantasias sexuais explicitadas em atitudes, sentimentos e verbalizações, reagindo com violência ou sucumbindo à perseguição da qual eram alvo, dessa maneira sem condições de inserção numa atividade minimamente

produtiva e regular, constituíram-se no substrato ideal para o estabelecimento dos três grandes eixos de preconceito, exclusão e intolerância por onde é vista a loucura até os nossos dias (p. 137)

No Renascimento, período em que se observa uma mudança de época, um período de transição entre os valores medievais e a construção dos valores da modernidade, busca-se eliminar o louco. A Nau dos Loucos surge com esse princípio, aprisionar o sujeito que ameaça a imagem da cidade o mais longe possível, aprisionando esses indivíduos ao mar. Sobre isso Foucault (1978), em uma simbólica analogia, ressalta que

o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande incerteza exterior a tudo. É um prisioneiro no meio da mais livre da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. E a terra à qual aportará não é conhecida, assim como não se sabe, quando desembarca, de que terra vem. Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer. [...] Uma coisa pelo menos é certa: a água e a loucura estarão ligadas por muito tempo nos sonhos do homem europeu. (p. 16-17).

A partir de tal marco, a dificuldade de se compreender algo além de um caráter negativo a partir de qualquer noção que se compartilhe com a loucura torna-se cada vez mais complicada. Neste ponto “a loucura já não é mais porta-voz da verdade divina e em pouco tempo passará a ocupar o lugar de representante simbólico do mal.” (SILVEIRA; BRAGA, 2005, p. 593). Com o crescente desenvolvimento de cidades e o progresso da ciência marca-se o apoderamento da loucura a partir do saber médico, tornando-o seu objeto de pesquisa e experimentação em prol de uma possibilidade suposta de cura. É neste momento que a terminologia doente mental apresenta suas primeiras aparições, como afirma Delajustine (2014, p. 7): “colocar a loucura como doença mental e classificá-la não desmistificou o que ela representa em sociedade [...] a loucura pode ser tratada, mas não pode ser expressa, ou seja, continua sem poder aparecer”.

Podemos assim perceber a progressão que um único conceito foi capaz de percorrer, sendo tido como uma dádiva, e logo após fixado no mesmo caráter dos doentes que sofriam de pragas orgânicas, o estranho, o sinônimo da desrazão e desorganização, sendo ela de caráter interpessoal como socialmente mais amplo, compreendido como risco e ameaça, até finalmente debruçar-se sobre a ótica medicalizante que o irá tratar. Substitui-se a exclusão direta de afastar esses sujeitos da terra com a internação, contudo, sempre o condenando.

3.1.2 Aos particulares espaços delegados a loucura na cidade

Na contemporaneidade a utilização de novos termos abre espaços para mais discussões e desmistificações que incessantemente buscamos desvelar, a classificação de doença mental surge como tal aparato, justificando-se nesse significativo, tornar comum e usual o lugar que o sujeito, doente mental, possui em sociedade, sua dignificação e exercício de direitos plenos. Entretanto, longos caminhos ainda necessitam ser percorridos uma vez que os enquadramentos e exclusão ainda existem e forçam o discurso do louco a ser redigidos por outras vias. Será em meados do século XVII e XVIII que a loucura começará a ser compreendida demasiadamente distinta até esse momento.

Apontada a dúvida cartesiana, no que se refere à discrepância do exercício da razão entre sujeitos ditos normais e anormais, vincula uma especial qualidade aos não possuidores da racionalidade, e se passa mais do que nunca a temê-los. Delimita-se, então, divisões cada vez mais resistentes, dado que se percebe uma tendência de a sociedade afastar aquele que não se encaixa em seus modelos previamente imaginados. Diante disso, “a loucura só terá hospitalidade doravante entre os muros do hospital, ao lado de todos os pobres. É lá que a encontraremos ainda ao final do século XVIII.” (FOUCAULT, 1978, p. 72) Com o suporte da medicina, um novo arquétipo de exclusão irá se desenhar, iniciando assim os processos de internamento, instalando-se assim uma nova era.

Foi no século XVIII que os primeiros passos da medicina e saúde mental foram demarcados. A psiquiatria começa a tomar forma, apresentando os conceitos de transtornos da mente e sua possibilidade de tratamento, é atrelada à Revolução, que Philippe Pinel, designado pela Assembleia Francesa, na operação de ordenamento dos seguintes hospitais, Bicêtre em 1793 e Salpêtrière em 1795, onde

desacorrentando e alimentando os internos, Pinel passou a discriminar os casos eminentemente sociais dos casos que julgava anomalias. Tratou de observar e descrever os tipos humanos que se lhe apresentavam, estabelecendo assim uma sistematização de fácil manejo onde figurava a seguinte classificação: 1- Melancolias; 2- Manias Sem Delírio; 3- Manias Com Delírio; 4- Demências. (COSTA, 2003, p. 138)

O legado de Pinel configura o Tratamento Moral, sendo o “primeiro método terapêutico para a loucura na modernidade, baseado em confinamentos, sangrias e purgativos, finalmente, consagra o hospital psiquiátrico, hospício ou manicômio como o lugar social dos loucos.” (COSTA, 2003, p. 138). Entendendo-se assim como método de controle social, ordem e higienização, pois o suposto tratamento surgia de uma forma maquiada de ocultação da doença e exclusão do doente. Com as casas de internação atuando, e sendo lidas

excepcionalmente ao lugar que esses corpos pertenciam e de lá necessitavam permanecer, Foucault (1978) tece sua crítica quando assinala que é “entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá — não nos esqueçamos — que eles os deixarão, não sem antes se vangloriarem por terem-nos ‘libertado’” (p. 55).

Ressalta-se que, perpassando por esse grande movimento de renovação e modificações, não obstante, a loucura ainda poderia se referir às “relações da sociedade consigo própria, com o que ela reconhece ou não na conduta dos indivíduos” (FOUCAULT, 1975, p. 79). Antes de mais nada, evidencia-se que nos primórdios da caracterização do internamento, o mesmo funciona como uma ferramenta, é precedentemente, um mecanismo social.

Atrelado à urbanização, compreende-se que a loucura “é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo”, é neste ponto em que começa a “inserir-se no texto dos problemas da cidade.” (FOUCAULT, 1978, p. 89). Sendo assim, o discurso científico passa avidamente a ser utilizado como um aparato burguês que busca a limpeza dos espaços que ocupam. Dessa forma, encaminhando-se para o final do século XIX, onde tal ferramenta é evidentemente consolidada, são “criados espaços fora das grandes cidades onde, em grandes fazendas nas zonas rurais, os loucos, ‘anomistas sociais’, continuando ocultos e excluídos”, justificados muitas vezes para que “pudessem circular com mais ‘liberdade’ podendo ser ‘tratados e recuperados’ mediante o artesanato e o trabalho agro-pastoril.” (COSTA, 2003, p. 139).

A sublinhada diferença deverá ser ditada por quem possui a melhor posição diante dessa hierarquia suposta, e quem possuía esse poder determinaria tal ordem, sendo atribuído esse papel à classe média da época, quem determinava a posição do louco alienado era o médico. O discurso passa a ser traduzido, a verdade do louco ignorada quando não mascarada e interpretada sem sua participação, “os poderes de decisão são entregues ao juízo médico: apenas ele nos introduz no mundo da loucura. Apenas ele permite que se distingam o normal do insano, o criminoso do alienado irresponsável.” (FOUCAULT, 1978, p. 141).

Enquanto considerada em sociedade, a loucura desvela variadas formas de interpretação, pontuando-se, entretanto, que o louco é destituído de seus direitos e história, sua distinção e suas verdades não são aceitas pela cultura “o louco não pode ser louco para si mesmo, mas apenas aos olhos de um terceiro que, somente este, pode distinguir o exercício da razão da própria razão.” (FOUCAULT, 1978, p. 206). Caracterizando dessa forma, que as múltiplas opiniões em sua maioria possuem natureza de negação, ou seja, um não-lugar que este possui, a internação passa a ser uma resposta, local extremamente delimitado e pensado

para sua existência, no qual se exige sua cura, e quando não se pode corrigi-lo, esquecê-lo para sempre em tais espaços.

3.1.3 O lugar da loucura no Brasil

As diversas mudanças históricas que ocorriam ao redor do mundo não muito diferem da realidade encontrada em solo nacional, de certa maneira, até mesmo são reflexos possíveis de se visualizar. Os tempos do império e colonial configuram-se bastante similares nesse aspecto, sempre atrelado ao poder aquisitivo da época, é nesse espaço que se observava “um sem-número de desocupados, bêbados, mendigos, loucos e prostitutas, quando não tudo isso junto, que regularmente perturbavam a ordem pública, trazendo desconforto à vida dos burgueses locais.” (COSTA, 2003, p. 140). E não distante dos eventos supracitados, em meados do século XIX, o modelo assistencialista do fazer médico e psiquiátrico também se instaura no Brasil, tirando do leigo e da igreja essa autoridade.

As diferenças seculares modificaram os modos de tratamento de acordo com que a economia ditava, se aqueles ditos como doentes ou aqueles que padecem de transtornos mentais fossem de classes dominantes, estes poderiam ser reclusos em suas próprias casas e cuidados por suas famílias, entretanto, os sujeitos de poderio econômico mais baixo, de classes mais pobres, “eram recolhidos aos asilos, onde padeciam toda sorte de dissabores e maus-tratos”. E era nesses locais em que “ficavam presos por correntes em porões imundos passando frio e fome, convivendo com insetos e roedores, dormindo na pedra nua sobre dejetos, sem nenhuma esperança de liberdade.” (COSTA, 2003, p. 140). Tal atrocidade justificava-se pela compreensão de que esses eram a verdadeira ameaça à ordem pública e, portanto, trancafiá-los era a única forma satisfatória de lidar com aquilo que incomodava.

Essa atitude dirigida aos loucos, autorizada e legitimada pelo Estado por meio de textos legais editados pelo Imperador, vale salientar, tinha o objetivo de, mediante a reclusão, oferecer proteção à sociedade contra aqueles e não de acolhê-los, protegê-los e muito menos tratá-los. (COSTA, 2003, p. 140)

Com tal prerrogativa que a ciência participa ativamente desse novo processo, marcando uma nova era e uma nova ordem na sociedade. A psiquiatria faz fundação no Brasil a partir da criação e construção, do que leva como inaugurada a psiquiatria pública brasileira, o Hospício Pedro II, homologado pelo mesmo em decreto e datada em 1852 a inauguração. Em suas palavras, frisava que

Hei por bem fundar hum Hospital destinado privativamente para o tratamento de Alienados, com a denominação de — Hospicio de Pedro Segundo — o qual ficará anexo ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta Corte, debaixo da Minha Imperial Protecção, Applicando desde já para principio da sua fundação o producto das subscrições promovidas por huma Commissão da Praça do Commercio, e pelo Provedor da sobredita Santa Casa, além das quantias com que Eu Houver por bem contribuir. (RIO DE JANEIRO, 1841)

Faz-se necessário destacar que tais acomodações foram detalhadamente projetadas, pois visavam referenciar os modelos europeus daquele momento, possuindo o investimento financeiro, tal como o médico e o social. O pensamento por trás desse desenho fazia homenagem a arquiteturas encontradas em hospitais situados em Paris. Segundo Lopes (1965), que em seu trabalho exemplificou tal projeto, podemos visualizar, iniciando-se pelo terreno, que

Quem se quiser deliciar com as gravuras, que ilustram os livros de viagem, e mais tarde com as fotografias [...] poderá facilmente verificar que a orla da baía de Botafogo, na proximidade da Praia Vermelha e do Pão de Açúcar, era o lugar ideal para um grande hospital psiquiátrico.

[...]

A planta básica é de Domingos Monteiro: um grande retângulo, enquadrando quatro grandes pátios internos, separados por um corpo central da construção, a de certo modo distanciar as alas masculinas e femininas do asilo. No bloco central estava a entrada única. Três grandes portas conduziam ao átrio nobre, de onde se erguia uma escadaria monumental, que levava diretamente à Capela, no andar superior, e, à meia altura se bifurcava em doislances. (p.117-130)

Tal projeto, entretanto, maquiava realidades cruéis atrás de muros bem modelados, com problemas de superlotação, de higiene e descaso com os pacientes. O Hospício Pedro II encontrou seu fim em ruínas, documentados como “— uma casa roída pela rotina, pela carência de todos os meios — pessoal e material — e sobretudo pelo excesso de doentes crônicos, que as deficientes condições sanitárias não conseguiam eliminar.” (LOPES, 1965, p. 117-130). Contudo, a partir de sua localidade bem-posicionada foi possível uma ressignificação, o que evidenciava abandono um dia, encontrou novas roupagens em passar de Hospício à Universidade, apontando sucesso em sua permanência dentro da cidade até os dias atuais.

Com a expansão desse novo modelo, seu desfecho se encontrava longe de se dissolver. A partir da Proclamação da República, já em 1890, o Marechal Deodoro da Fonseca estabelece o rompimento do Estado com a Igreja. Dessa forma, a “administração dos hospícios começou a ser então responsabilidade dos médicos, passando estes à categoria de representantes oficiais do poder estatal.” (COSTA, 2003, p. 141). Com isso, o terreno da Saúde Pública recebe seus marcadores, incumbindo a grandes nomes da história brasileira,

como Oswaldo Cruz e Juliano Moreira, a tarefa de sanear, ou em outras palavras, higienizar as cidades, seja das endemias, seja dos loucos. Com o crescimento latente da força de trabalho e uma nova moral social que empregava ao trabalho como dignificador, trazia consigo

nítidos ingredientes racistas, pois, apregoava que o trabalho faria com que a tradicional ‘moleza’ do brasileiro, pardo, fruto de uma mistura étnica, que levava à indolência e à deterioração moral, pudesse ser ‘brancalizada’, ‘tratada’ e ‘normalizada’, revertendo a índole dessa população ‘mal miscigenada’. (COSTA, 2003, p. 141)

Nessa lógica, a Psiquiatria se apoiava em um projeto de higiene mental que buscava transformar indivíduos em mentalmente sadios, a partir da lógica eugenista que se popularizava cada vez mais naquela época, ignorando quaisquer esferas constituintes do sujeito que não a biologia, buscava-se purificar a raça brasileira, tendo como perfil um modelo de homem “branco, xenófobo, puritano, chauvinista, racista, e anti-liberal.” (COSTA, 2003, p. 141) produzindo cada vez mais aquilo que, em tese, pretendia “curar”.

Com o Decreto 24.559 de 3 de julho de 1934, que dispunha sobre “a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos.” (RIO DE JANEIRO, 1934), a doença mental fica a cargo da polícia e da ordem pública, assim como a psiquiatria assume o lugar de sociedade política e civil nas questões referentes ao doente, sendo sua responsabilidade de discurso supostamente preponderante ao próprio questionamento judiciário, o louco passa a perder a sua cidadania.

Com o encaminhamento para a década de 1950 e os reflexos da Segunda Guerra Mundial, se é introduzido um novo conceito de saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), atribuindo uma importância para o completo bem-estar físico conjuntamente ao mental e social que, se desvela como maior compromisso a ser seguido nas décadas seguintes. Também aponta para o aumento do olhar das questões de saúde mental, assim como o investimento em tal âmbito, uma vez que os custos relativos a essa área se mostravam excessivos. Será nesse marco que o termo saúde mental começa a ser utilizado, se popularizando, deixando a antiga expressão “doença mental” em desuso.

Tal projeto, como indicado, continuamente permanece nas décadas seguintes, entretanto, denunciando por consequência a existência de uma parcela da sociedade, escolhida a dedo, por características pré-estabelecidas culturalmente, não merecedora da luz do centro da cidade, sendo o mesmo isolado, empurrado para margem e estereotipado. Servindo assim, para sociedade, como força de trabalho, segunda mão de obra, ajudantes designados por gênero para atividades referidas a domesticidade ou comerciais e/ou rurais, ao mesmo tempo

com nenhum direito sendo-lhes atribuído, culminando logo na falta de um atendimento de saúde especializado que avança estagnada pelos próximos anos.

3.2 A FUNÇÃO SOCIAL DO HOSPITAL COLÔNIA NO PROJETO URBANÍSTICO: O CASO DO “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”

A título de exemplo, este tópico discutirá, umas das mais conhecidas tragédias brasileiras, esta que aponta e amarra em si os dois conceitos sobre os quais o referido trabalho debruça. Localizado em Barbacena, no estado de Minas Gerais (MG), o complexo anteriormente denominado de Hospital Colônia de Barbacena ilustra bem dois pontos: 1) como o caráter higienista trabalha dentro das cidades, da mesma maneira que 2) de que forma a caracterização da loucura é construída socialmente. Presenteando a cidade mineira com tal edifício com o título de prêmio de consolação, conforme se popularizou “a ideia de uma compensação pela perda da possibilidade de ser capital do Estado advém do fato de, naquele momento, o hospício ser considerado uma importante instituição pública” representando, dessa forma, “a primeira do gênero em Minas Gerais, o que certamente atrairia recursos e investimentos para a cidade.” (KYRILLOS; DUNKER, 2017, p. 954).

Em sua lógica de construção observa-se que “apesar do tamanho, o complexo não podia ser visto do lado de fora, por causa da muralha que cercava todo o terreno. [...] Afonso Pena, um dos sete pavilhões do Departamento B, com cerca de 1.500 metros quadrados, [era] fechada por fora.” (ARBEX, 2013, p. 19). Trancafiado e afastado da visão pública, essa noção que embasou sua construção, territórios longos e amplos, porém escondidos, revelava uma lógica, antes de mais nada, de limpeza dos grandes centros. Não somente retirar os indesejados da luz das cidades, mas colocá-los em espaços onde não se possa sequer ouvi-los, mas possibilitar um tratamento análogo a um sequestro.

Idealizado, portanto, no respaldo da lei Nº 290, de 1900 é que “o governo mineiro autorizou a compra da Companhia Sanatório Barbacena, localizada no Morro da Caveira de Cima, que fazia parte das terras de Joaquim Silvério dos Reis, o delator da causa da Inconfidência Mineira.” (DUARTE, 1996 apud KYRILLOS; DUNKER, 2017, p. 955). Nos documentos providos é possível visualizar sua arquitetura, com isso destaca-se que

A localização do sanatório é no subúrbio da cidade de Barbacena, numa colina, com frente para a Estrada de Ferro Central do Brasil. A área do terreno é de oito alqueires, aproximadamente 40 mil m², sendo 5 mil m² formados por mata virgem, uma chácara com árvores frutíferas e uma pedreira. [...] Em 1922 é anexada ao

hospital uma colônia agrícola para assistência a alienados. (KYRILLOS; DUNKER, 2017, p. 955)

A partir de tal delineamento que inferimos a forma que o Hospital Colônia se desvela, se assim podemos chamar, como independente da cidade, sendo construído nos moldes de uma, seguindo uma lógica de contenção que prédios particulares possuem, em sentido oposto, se autogerindo, afasta o que há dentro de seus de murros do universo afora assim como maquia os mesmos. Local este que opera no fundamento sobre corpos que não podem sair, tampouco podem ser visitados.

Incansavelmente, enfatiza-se novamente a maneira que o escasso conhecimento dos processos mentais, naquela época, descansava em mãos específicas, ancorando-se e suportando-se às escondidas em um sistema lucrativo. Dessa forma,

o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar. (ARBEX, 2013, p. 23-24)

O sistema governamental não somente possuía conhecimento de tal realidade como a mesma justificava tais ações, a higienização das cidades em razão de manter a eugenia. Varrendo dessa forma aqueles que feriam ou ameaçavam tal ótica, em busca de livrar-se do estigma de uma cidade possuída por loucos, entretanto, a real questão que se coloca verdadeiramente quando recai sobre qual era essa qualidade de loucos que esse episódio tão notório procurou eliminar, dessa maneira que esses “‘indesejáveis’ deveriam ficar distantes do olhar da sociedade, cercados pelos muros [...] Tanto que um dos setores do hospital distava cerca de 6 km do centro da cidade, o que para os padrões da época era muito longe” (KYRILLOS; DUNKER, 2017, p. 961). Com tamanho descrédito é que esses “deserdados sociais chegavam a Barbacena de vários cantos do Brasil. Eles abarrotavam os vagões de carga de maneira idêntica aos judeus levados [...] para os campos de concentração nazistas de Auschwitz. A expressão ‘trem de doido’ surgiu ali.” (ARBEX, 2013, p. 25). Como exposto, a natureza dos mesmos se considera arbitrária, o louco, portador de algum transtorno mental só compunha uma das parcelas que chegava em Barbacena, como apontado anteriormente, nos vastos critérios o desajustado que aparecia também era o descumpridor da lei, com pleitos assinados por delegados, “muita gente era enviada para o hospital de ônibus ou em viatura policial. [...] Antes da construção do Colônia, muitos dos chamados loucos em Minas tinham

como destino as cadeias públicas ou as Santas Casas de Misericórdia, onde eram mantidos em anexos.” (ARBEX, 2013, p. 27).

Para além de tal realidade que recaia sobre as admissões é importante destacar que é “em 1930, com a superlotação da unidade, uma história de extermínio começou a ser desenhada.” (ARBEX, 2013, p. 24). O título concebido a tal evento se populariza como holocausto não por qualquer outra razão do que essa a qual se observou sobre a realidade vivida dentre aquelas paredes e as inúmeras barbáries cometidas, foram sessenta mil pessoas que perderam suas vidas por e no Colônia, assim como fora descrito por Arbex (2013, p. 149) memoravelmente quando cita que “a loucura que desfilava diante dos [...] olhos não [...] impressionava, e sim as cenas de um Brasil que reproduzia, menos de duas décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o modelo dos campos de concentração nazistas.” O que acabava por sinalizar que “as cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror” (ARBEX, 2013, p. 24), restando atualmente pouco mais de 100 sobreviventes de tal tragédia.

Cabe salientar que, tais acontecimentos como os vivenciados no Colônia, permaneceram ocorrendo por longos períodos, é justamente por sua razão lucrativa. Atualmente, pode-se conceber ao Colônia daquela época caráter de depósito, questões judiciais que ofendiam, porém não eram suficientes para que indivíduos permanecessem em prisões convencionais, eram atribuídos na responsabilidade do hospital, assim como os famosos encaminhamentos que aconteciam na relação com os pacientes transferidos do Instituto Raul Soares, situado igualmente em Belo Horizonte, “a prática médica era encaminhar para a unidade todos os casos não solucionados em dez dias. O resultado era a cronificação de pacientes. Esquecidos em Barbacena, eles acabavam adquirindo novas patologias dentro da instituição” (ARBEX, 2013, p. 217).

Implementar política de saúde requer investimento, idealizar projetos em prol da saúde mental e tratamento contínuo igualmente. É mais lucrativo e mais facilmente operacionalizável uma varredura das cidades e trancar o que não se deseja ser visto, fora isso, no Colônia, com sua alta capacidade produzia bastante mão de obra durante o tempo de seu funcionamento, e melhor ainda, gratuitamente, pois não se necessitava pagar aos seus loucos. Não obstante a morte também não se tornava obstáculo, uma vez que a partir dos falecimentos é que

1.823 corpos foram vendidos pelo Colônia para dezessete faculdades de medicina do país entre 1969 e 1980. [...] A partir de 1960, a disponibilidade de cadáveres acabou alimentando uma macabra indústria de venda de corpos. Só a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) adquiriu 543 corpos em uma década. Já a UFJF foi responsável pela compra de 67 cadáveres entre fevereiro de 1970 e maio de 1972. [...] Nenhum dos familiares dessas vítimas autorizou a comercialização dos corpos. (ARBEX, 2013, p. 67)

O que tanto se buscava esconder tomava forma dentro dos pavilhões do Colônia, aquilo que se encontra descrito é destacado como promiscuidade, e é o que se populariza e impregna no que se concebe como loucura, mas o que se pode esperar quando se arranca violentamente direitos básicos do sujeito senão ao mesmo sucumbir ao primitivo, sendo este o único recurso do qual lhes permitiam sobreviver. Dentre seus muros foram testemunhados

crianças e adultos misturados, mulheres nuas à mercê da violência sexual. Nos alojamentos, trapos humanos deitados em camas de trapos. Moscas pousavam em cima dos mortos-vivos. O mau cheiro provocava náuseas. [...] capim no lugar de camas. Feno, aliás, usado para encher colchões, abrigar baratas, atrair roedores. [...] muitos doentes esquecidos nos leitos, deixados ali para morrer. A miséria humana escancarada. (ARBEX, 2013, p. 152)

Com o avanço dentro da academia, a realidade macabra que se escondia finalmente reverbera, conseqüentemente tomando dimensões o suficiente para fomentar e solicitar o término de tal tragédia. Não antes, porém, de inúmeras promessas rasas e comoção pública, o Hospital Colônia permaneceu estagnado até o final da década de 70. O remanejamento de pacientes do Colônia passa a ser efetuado, e o que nos chama atenção nesse processo se revela no caráter econômico ainda produzir implicações nesses corpos, Daniela Arbex (2013), denuncia este estado quando aponta sobre pacientes que conseguiram independência após tais acontecimentos, destacando duas delas, assinalou que

Empoderadas financeiramente, Sônia e Terezinha passaram a consumir. O mesmo aconteceu com os outros 160 pacientes que ocupam as vinte e oito residências terapêuticas existentes em Barbacena. A injeção de recurso na economia seduziu o comércio local. De lá para cá, os loucos que tanto envergonharam a cidade passaram a ser disputados por vendedores e lojistas. (p. 48-49)

Por mais que se acredite nas novas expansões do sistema que nos é posto, a idealização de um bem-estar generalista nunca será alcançada, “um processo de deslocamento e desapropriação também se encontra no cerne do processo urbano sob o capitalismo. Essa é a imagem especular da absorção do capital por meio do redesenvolvimento urbano” (HARVEY, 2014, p. 53), a cidade ainda será palco do homem que deseja realizar seus desejos, em fins privados e apontados para a lógica de mercantilização. Fechando-se as portas

do Hospital Colônia, tal espaço ainda permanece a existir perpassado pela pós-modernidade que a rege, esse mesmo movimento que Eagleton pontua como “pensamento contemporâneo que rejeita totalidades, valores universais, grandes narrativas históricas, sólidos fundamentos para a existência humana e a possibilidade de conhecimento objetivo.” (2005. p. 27), sendo cético em relação à casualidade, esse movimento, eleva o presente com relevância exacerbada, promovendo assim, uma centralidade nas dimensões culturais e de discurso. Ao dar lugar ao Museu da Loucura, o Colônia se torna, ou melhor, mantém-se, como espetáculo, sobre uma cidade que ainda permanecia carente de espaços públicos, inconscientemente ou não, deslocando sua esfera de circulação de capital dessa vez no turismo.

3.3 PROJETO URBANÍSTICO CAPITALISTA COMO PRODUTOR DE EXCLUSÃO

Apontada a trajetória histórica que a loucura percorreu, evidentemente nota-se sempre sua relação com o espaço físico. Buscou-se incessantemente retirar o doente das cidades, e quando tal prerrogativa falhou, a alternativa foi mantê-lo em locais planejados para sua deterioração. O projeto urbanístico busca projetar sempre fachadas que mimetizam arquiteturas importadas, buscando embelezar o exterior, enquanto esconde a realidade dentro destas. Com isso, sobre os processos de urbanização e gentrificação, podemos compreender o espaço além do ambiente físico, mas como esfera simbólica, além disso, relacional. Em um contexto histórico, destacam-se as tentativas humanas que buscaram, ao longo de sua existência, construções que lhe permitiram um certo controle ao meio que vivia. Na atualidade, podemos perceber a materialidade em que a arquitetura é pensada em prol dessa busca de conforto.

A discussão em torno dessa elaboração planejada em torno de espaços urbanos e a reconstrução e reorganização de lugares pode ser pautada e entendida de acordo com a subjetividade que perpassa diversas individualidades e pensamento coletivo que são compartilhados de tempos em tempos. O princípio da concepção de uma paisagem urbana concebe um resultado de variáveis que se conectam tanto com a estrutura propriamente dita como as diversas formas de convívio observadas nos indivíduos que compõem tais espaços. Ao longo da história do homem as mais variadas formas de hierarquias foram sendo criadas e reinventadas, não justas, assimétricas, irregulares e desiguais movimentando-se em justificativas que se utilizam de cultura, religião, moral e mesmo da biologia para pautar tais modelos que sustentam até hoje tal lógica. Antes de mais nada se enfatiza a compreensão da cidade como conceito, uma produção social que Robert Park (1967, p. 3 apud HARVEY,

2014, p. 28) nos aponta quando se refere a ela como “a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo”. No entanto, é dessa forma que se encontra um empasse, permanecendo preso nesses moldes, pois “se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, [...] ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo.”

O processo de urbanização pode ser descrito na sua derivação pela necessidade de crescimento desses espaços, em decorrência da alta nas indústrias, era necessário que os trabalhadores pudessem ficar mais próximos do local de trabalho transformando-o como sujeito com mais tempo produtivo e mais ganho às fábricas, conseqüentemente, “a moderna divisão territorial, entre centro e periferia, cidade e campo, foi ‘forjada a ferro, fogo e sangue’ nos séculos XV, XVI e seguintes.” (MENEGAT; DUARTE; FERREIRA, 2020, p. 102). Entretanto, essa construção de cidade foi remodelando-se e colocando como centro os donos das fábricas, já que tais indivíduos tendem a ter a maior renda dentro desses ambientes, e assim começando o processo de marginalização dos indivíduos que não se encaixavam nessa ideia produtiva de cidade-trabalho.

Como surgimento de espaços urbanos que vem se desenvolvendo na realidade econômica e sobre o espectro da globalização, essas novas formas de crescimento possuem a capacidade de atrair o que consideramos como as camadas mais privilegiadas da sociedade, buscando com isso, que tais populações passem a ocupar novos espaços, em especial, como forma de moradia. Harvey (2014, p. 30) aponta que “desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe.” Em virtude da inabilidade desse sistema que nos é posto em garantir a seus indivíduos o acesso justo ao mundo do trabalho, ao longo da história inúmeros corpos, foram marginalizados e transformados em massa estereotipada. Em face a um sistema neoliberal, é de mãos dadas ao capitalismo que se produz hordas devastadoras de corpos descartáveis, marginalizados e substituíveis, atribuindo não somente a sua força de trabalho, mas seu direito à própria cidade, este que por sua vez, “está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos [...] além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.” (HARVEY, 2014, p. 28).

Dessa forma, é importante ter em mente que se realiza a criação de personas, ou seja, o resumo das características principais de sujeito produtivo que aquela cidade irá servir, sendo assim, homens, brancos e classe média alta são a base para a estruturação desse conceito. Por tanto, “esse segmento social vive cotidianamente em contraposição às estratégias econômicas

e políticas que ideologizam as cidades contemporâneas – sobretudo as metrópoles.” (FRANGELLA, 2009, p. 12). À vista disso, pode-se compreender o estabelecimento do decurso da marginalização de corpos, muito além do espaço físico, mas como categoria ideológica.

O processo de gentrificação se encontra intrinsecamente ligado aos conceitos de capitalismo e urbanização quando dissecamos sua fórmula de funcionamento, baseado na oferta e procura, a mão de obra está sempre se atualizando, deslocando os modelos de mercados de acordo com uma necessidade fantasiada de consumo, construindo novos a partir da demolição dos antigos. A crise do capital se assinala uma vez que qualquer uma “dessas barreiras à contínua circulação de capital e expansão for impossível de contornar, então a acumulação de capital é bloqueada”. A lógica neoliberal impede que esse capital seja reinvestido de outras formas, sendo acumulado, o mesmo “fica estagnado ou deixa de ocorrer, o capital é desvalorizado (perdido) e, em alguns casos, até mesmo destruído.” (HARVEY, 2014, p. 32).

Para continuar a existir e reproduzir é imprescindível que essas barreiras postas ao seu desenvolvimento devam ser eliminadas em prol da sua expansão que não concebe limites, “ou o capital elimina qualquer limite mínimo ao seu processo de reprodução e, com isso, elimina a humanidade ou ele é destruído por esta” (LACERDA-JUNIOR, 2010 p. 308). A desvalorização de empregos e conseqüentemente de espaços físicos onde os mesmos se situam, em grande parte, por razão de fundamento capitalista que não cessa sua produção, ocasiona esse processo de urbanização, buscando novas roupagens, transformando a própria cidade e a qualidade de vida urbana em mercadoria, para aqueles que possuem o poder de compra.

É nesse sistema falho que encontramos cada vez mais cidades rompidas, demarcadas e propensas à violência, Antunes (2000) aponta que, quando imbricada na lógica neoliberal, percebe-se que a mesma

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (de)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’ que joga fora tudo que serviu como ‘embalagem’ para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (p. 232)

É sob este raciocínio que a necessidade de mascarar o indesejável surge, com a tendência a transformar as cidades em atrativo a ser possuído. É nessa pós-modernidade que encontramos, mais fortemente, essa experiência urbana como produto idealizado. Entretanto o que resulta disso é a incapacidade de uma transformação generalizada, causando um desenvolvimento desigual, cujo modelo Engels (1935, p. 74-77 apud HARVEY, 2014, p. 51), baseado no exemplo parisiense de progresso, aponta que

só tem um método para resolver a seu próprio modo o problema da moradia - isto é, resolvê-lo de modo que a solução recoloca eternamente os mesmos problemas a cada nova tentativa. Esse método é chamado de "Hausmann" [...] consiste em abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades e, particularmente, em áreas centrais, sem nada que justifique se isso é ou não feito por razões de saúde pública, pelo embelezamento da cidade.

Os resultados desse procedimento, nada mais seriam, do que catastróficos, tal recurso sempre encontrará seu fim no deslocamento da problemática, será igualmente no reaparecimento do mesmo, uma vez que a necessidade que as produziu em primeiro lugar não encontra nenhum desfecho, “os focos das doenças, os buracos e porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente *transferidos para outro lugar!*” (ENGELS, 1935, p. 74-77 apud HARVEY, 2014, p. 51) Aquilo que a burguesia tanto se vangloriou por ter erradicado somente irá mudar de região.

3.4 O PAPEL DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA DISSEMINAÇÃO DA MISÉRIA

A miséria da psicologia, em especial, a brasileira, tem duas facetas que entre si, se articulam, a primeira recaindo no fato de se apresentar como ciência do modernismo, burguesa e subordinada ao capital, e a segunda, da América Latina/Brasil, uma ciência e profissão de constituição colonizada e dependente. A força motriz do surgimento da psicologia seria a decadência ideológica da burguesia passando a ser a classe dominante, orientando-se não mais na práxis do sujeito, esvaziando o mesmo de valor, e sim para a partir da compreensão da ação e comportamento, possuir uma compreensão do mesmo, a fim de controlá-lo e cristalizar essas classes que estavam se enquadrando; a psicologia surge nesse espaço, passando a contemplar a subjetividade, a individualidade, o comportamento, a personalidade e a socialização do homem, uma vez que a ideologia neoliberal produziu e

ainda produz o entendimento de que o homem moderno possa ser dividido e assim estudado; para a disciplina da psicologia é então delegada o domínio da mente/psique.

A psicologia surgiu como expressão da necessidade de a burguesia criar explicações falsas sobre as diversas contradições existentes no mundo que foi edificado por ela. As diferenças não são enormes. A economia política clássica constituiu-se como uma ciência que tinha como ponto de partida a necessidade de se explicar e oferecer uma visão de conjunto da vida social, a psicologia nasceu como ciência particular que se formou fraturando a perspectiva da totalidade, criando uma abstração e tendo como ponto de partida a necessidade de evasão da realidade pelo pensamento decadente. A psicologia nasce do pressuposto de que é possível conhecer a realidade sem remeter à totalidade, ou seja, que é possível estudar a vida humana sem remeter ao estudo da sociedade ou da história. (LACERDA-JÚNIOR, 2010, p. 373-374)

Segundo Dardot e Laval (2016, p. 325) “A economia política teve como fiadora uma Psicologia Científica que descrevia uma economia psíquica homogênea a ela”, dessa forma, passa a existir uma metodologia psicológica e comportamental, explicável, passível de ser captada por leis causais, tal como a realidade em si, tomada como externa a esse ser, “assim, orientou-se a compreender o real a partir do estudo e controle desse indivíduo como ser serializado, parcelado [...] com suas dimensões psíquicas e comportamentais também autônomas, passíveis de mensuração e, principalmente, de controle.” (COSTA; MENDES, 2021, p. 2).

Ou seja, o modo de produção capitalista requer uma apreensão da subjetividade desse ser individual, cindido, parcializado, de uma subjetividade igualmente individual, cindida, parcializada, demandando assim, de uma disciplina nos moldes desse tipo de ideologia. É dessa forma que surge uma economia psíquica hegemônica da qual a psicologia emana. De acordo com Antunes (2012, p. 51), a “ideologia burguesa tinha no indivíduo o fundamento de uma sociedade baseada na propriedade privada, impondo a necessidade de se compreender o homem nessa perspectiva”, nesses moldes havia a necessidade de compreender um indivíduo correspondentemente privativo, com relações baseadas em poder. Marx (1844/2010b, p. 40) aponta, se referindo à separação entre estado e religião, o caráter laico, que “onde o estado político atingiu sua verdade de forma definitiva, o homem leva uma vida dupla, não apenas mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena”. A cisão do cidadão público e o indivíduo privado.

Dessa forma, no que corresponde a sua gênese, a psicologia se sustentou em um ideal econômico liberal burguês e da mesma forma configura seu sujeito, cidadão trabalhador. Em solo nacional é aparente que “as particularidades históricas do liberalismo no Brasil fazem com que as idéias de universalismo, de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei

coexistam historicamente com a escravatura, o arbítrio e o favor.” (IAMAMOTO, 2007, p. 38). O indivíduo da psicologia é, nessa perspectiva, formulado nessa ideologia, é o indivíduo privado a quem se refere. Aquele que acaba por vender seu potencial e força de trabalho, se objetiva na mercadoria que produz, sendo assim, por consequência, possuindo mesmo fim que esse próprio produto, embora o mesmo não encontre o caminho de retorno, pois a mercadoria raramente volta ao indivíduo que a produz de forma a sanar suas necessidades, mas sim se orienta com a finalidade de acumulação capitalista, é o sujeito alienado, que a psicologia toma para si.

Martin-Baró (1985/2015, p. 32 apud BOECHAT; VIEIRA; PIZZI, 2020, p. 635-636) organiza a evolução de uma Psicologia Social baseando-se em três questionamentos: “(1) O que mantém as pessoas unidas na ordem social estabelecida? (2) O que integra as pessoas na ordem social? (3) O que liberta as pessoas da desordem estabelecida?”, e foram essas grandes perguntas, em especial nas duas primeiras, que a psicologia dedicou-se a responder. “A psicologia buscou voltar seus interesses diretamente para a ‘alma atingida’ sem levar em conta o corpo que padece, isto é, as condições objetivas” e concretas de produção desse ser concreto (GUZZO, 2015, apud COSTA; MENDES, 2021, p. 5), como se fosse possível curar o sujeito de suas angústias e mazelas apenas tocando nas razões psíquicas de causa de sofrimento, apagando o meio que se nasce e que se vive. Qualquer indivíduo que ameace a ordem, capitalista, deverá ser controlado, ajustado e modificado,

tanto que acreditou ser possível mudar o indivíduo abrindo sua cabeça – metafórica e concretamente; que mudando essa mente, seus pensamentos e afins, modifica-se automaticamente a realidade daquele ser; ou que fosse ‘possível explicar os problemas enfrentados pela humanidade, olhando para o que se passa na cabeça dos indivíduos’ (LACERDA-JÚNIOR., 2010, p. 370).

Não é toa que o surgimento da psicologia em território brasileiro, como profissão, levanta sérias críticas ao seu modo performativo de exaustivamente tentar hegemonizar sua população. “Os profissionais das três áreas [organizacional, educacional e clínica] desempenham a mesma função reguladora e adaptativa [...] a diferença reside na esfera da qual exercem tais atividades” (YAMAMOTO, 1987, p. 39), apontando dessa forma diversas contradições em seu processo de efetivação. Como enfatizam Costa e Mendes (2021) as propostas características pelas quais a psicologia como profissão se baseia são sintomas, sendo estes referência à miséria da psicologia como ciência burguesa, conseqüentemente carecendo de críticas, mas que antes de tudo dizem da sociedade que a forjada e é conformada

por ela, a miséria da psicologia antes de mais nada é a miséria do sistema que a está inserida, que necessita de uma psicologia igualmente miserável.

Tentando traduzir e copiar os modelos da Europa ocidental no território nacional a psicologia brasileira encontra impasses justamente pelo seu caráter colonizado. Para um planejamento de uma psicologia da libertação, antes de mais nada, é importante enfatizar que, “a miséria da Psicologia Latino-Americana tem suas raízes em uma história de dependência colonial que não coincide com a história da colônia ibero-americana, mas com a do colonialismo do ‘garrote e da cenoura’ que foi imposto a nós há um século” (MARTIN-BARÓ 1986/2011, p.184), reproduzindo dessa maneira os ideais eurocêntricos, eugenistas e racistas, contribuindo, nesse passo, para justificar os terrores da dominação, da exploração, da opressão e do apagamento consequentes do processo de colonização. Nesse passo, acaba destituindo assim, a representação que os povos originários possuíam do próprio espaço, tendo na psicologia um de seus instrumentos, uma importação totalmente a-histórica e acrítica de modelos norte americanos e europeus que foram e continuam muitas vezes a serem aplicados em território nacional.

É necessário destacar que a psicologia latina não nasce em outro sistema que não o capitalista, e é a partir de tal noção que inicialmente serve ao mesmo, se regulamentando como profissão carregando esse sintoma imperialista, subordinando corpos que prometia atender, a psicologia brasileira em suas origens não buscava se ocupar do brasileiro, mas sim, de um modelo importado de um referencial de homem burguês, europeu, branco, heteronormativo e cisgênero. “Dessa forma, a Psicologia, em sua hegemonia, manifesta e corrobora nossas estruturas classistas, racistas e patriarcais e condição dependente. Mesmo no compromisso com as classes dominantes, ainda assim a Psicologia defende o ‘seu condicionamento, sua colonização’” (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p. 227 apud COSTA; MENDES, 2021, p. 8) na melhor das hipóteses a psicologia enxerga o indivíduo, não como sujeito, mas como objeto, em seu caráter fetichista.

3.5 GENTRIFICAÇÃO, LOUCURA E PSICOLOGIA

É possível, a partir do exposto, pensar a cidade como um ambiente híbrido onde aspectos como cultura, trabalho, lazer e inúmeros outros podem ser observados. É nesses espaços urbanos que pode ser visualizado o reflexo do individual no coletivo, são as noções de centro e periferia que nos podem dar um exemplo mais fidedigno a esse aspecto, de forma que se compreenda a periferia como aquilo que fugiu a idealização do centro, o que se

entende como fora do foco, à margem. Ou seja, a partir de tal postulação visualizamos que esse fluxo social que é singular dos processos urbanos pode ser entendido de maneira fixa, como movimento físico, contudo, também no sentido ideológico, passível de mudança.

Diante disso, as questões sobre quem definiu a loucura, a quem a loucura pertence, quem denuncia o seu potencial curatório e quem ditará quais espaços a loucura ocupará, acabam por circundar um mesmo denominador. Como apontado inicialmente, a loucura só passa a existir na cidade, por necessidade, o louco da Idade Média não é o mesmo louco do século XXI exatamente pela necessidade que se moldou com a cultura, se a sociedade demanda uma limpeza ela buscará delimitar o que deseja se livrar, como bem apontado nas tragédias testemunhadas no Hospital Colônia de Barbacena, este, nunca buscou existir para fins terapêuticos, mas sim políticos. (ARBEX, 2013). Deste modo, qualquer um poderá possuir o potencial de se tornar o louco, se assim for de interesse da sociedade, e para isso, a mesma não encontrará barreiras para obter amparo na ciência, que igualmente se subordina nessa lógica.

Seguindo o apontado, refere-se à psicologia, que em sua gênese buscou se apoiar em uma premissa que, em tese, apreendia o sujeito dissociado de sua historicidade, e mais contestável ainda, no que se procurou apontar neste trabalho, o descaso de compreender a vida humana sem considerar a sociedade em que vive. Não somente as cicatrizes que, particularmente, a psicologia brasileira/latino-americana carrega, mas como uma disciplina que emergiu de um propósito segregacionista, é uma ciência, e conseqüentemente, profissão burguesa “não apenas por nascer no seio do capitalismo, mas porque diz do ser humano reificado do capitalismo e sua subjetividade reificada, corroborando uma mistificação sobre o que somos, nossa realidade e, portanto, a sociabilidade mistificada e mistificadora.” (COSTA; MENDES, 2021, p. 11). Dessa maneira se sinaliza uma miséria que também é urbanística, e acima de tudo, do capital.

É nessa transformação urbana em especial, que irá apontar sobre esse processo de gentrificação, onde “sempre te[rá] uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do velho.” (HARVEY, 2014, p. 82). Culmina então a discussão sobre as possíveis estratégias de enfrentamento que surgem, uma vez que a herança que a pós-modernidade vem fiando, parte da cristalização de ideologias onde, em especial nos espaços urbanos, nega sua possibilidade de se perceber como pertencente ao todo. Crítica tecida quando Jameson (1989, p. 39 apud LACERDA-JÚNIOR, 2010, p. 317) afirma que “o desvanescimento de nosso sentido de história, e, mais

particularmente, nossa resistência a conceitos globalizantes ou totalizantes como o de modo de produção em si, são, precisamente, uma função da universalização do capitalismo". Essa fragmentação propagada e justificada pelo sistema se mostra de forma normalizada exatamente por estar em uma cultura que é perpassada por essa incapacidade de compreender o real, de uma vivência individual, que a todo momento é reverenciada e tomada como modelo, tornando inviável cogitar diferente.

Os movimentos que a todo custo surgem e tendem a ir contra tal logística partem do pressuposto de que, a partir dessa “ampliação da dimensão destrutiva do capital, a eliminação dos limites mínimos ao seu processo de reprodução e expansão, a crescente penetração da mercadoria na cultura e na vida cotidiana e outros processos sociais” (LACERDA-JÚNIOR, 2010, p. 315) é que se deriva as constantes buscas, guiadas em especial por um sentimento coletivo de angústia. Compreende-se, no entanto, em certo nível que, tais motivações encontram o obstáculo mais recorrente, uma vez que o capital é tido como força quase onipotente, se deduz, portanto que, “a revolução vem do marginal, daquilo que está ‘fora’ do sistema como minorias, desviantes etc.; o sistema capitalista domina incontestemente em toda parte e se esse sistema totalizante é opressivo, então toda totalidade é opressiva; do domínio total do sistema.” (LACERDA-JÚNIOR, 2010, p. 317), essa mesma convicção que pairou sobre os manicômios por tanto tempo, nessas denúncias, cita-se novamente o que sucedia no Colônia, uma vez que “no hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. É permitido andar nu e comer bosta, mas é proibido o protesto qualquer que seja a sua forma.” (ARBEX, 2013, p. 180).

Visa-se, portanto, uma dinâmica de resistência, e esta irá se apresentar de formas diversas a fim de contornar essa dominação, será inscrito nos corpos, no discurso, nas formas de fazer práxis etc. A expressa ação de desenvolvimento desigual, que colabora para a subordinação do marginal periférico, embora custeado pela própria psicologia, tem nela recursos para superação. Disso, Martín-Baró (1986/2011) apresenta a Psicologia da Libertação, descrita como projeto ético-político, ao mesmo tempo vinculado a um projeto societário emancipatório, construída com base em três pilares: um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis. Superando seu caráter colonizado, busca se desvincular de práticas traduzidas, de uma visão de homem importado, de uma sociedade que não lhe cabe e a que ela é estranha, a questão suscitada não mais será a prerrogativa de conquistar a particularidade que temos em comum, mas sim, a questão que é verdadeiramente importante no fazer decolonial, esse que recai sobre a libertação do homem, dada a desordem estabelecida na sociedade em que se situa, pois, “a emancipação humana implica em

emancipação subjetiva e individual, que só é possível com emancipação objetiva e de *todos(as)*; ela é esse todo.” (COSTA; MENDES, 2021, p. 11). O processo de emancipação se dará especialmente no movimento crítico ao sistema, não somente em psiquismos ou qualquer outra forma particular dissociada do coletivo, a crítica é antes de mais nada da economia política, retomar os espaços urbanos aqueles a quem sempre pertenceram por direito, a revolução deverá ser urbana.

4 CONCLUSÃO

Partindo do explorado neste estudo, foi possível traçar uma linha histórica sobre as evoluções que a loucura sofreu em demarcadas temporalidades, destacando com tal, o propósito do louco em sociedade, e como o desenvolvimento das cidades se torna instrumento principal de sua eliminação, assim como, torna-se seu palco. Apontamos de que forma a civilização sempre buscou controle no que desejou como uniformidade, e como o capital, como subsídio, fomentou esse processo de destruição criativa sobre o urbano, e ainda mais importante, sobre corpos estereotipados que o mesmo produziu.

Faz-se importante destaque quando se aponta, ao passo que, o capital agiu e age sobre as esferas da oferta, igualmente manipula o que se demanda, a gentrificação não só aponta para um deslocamento populacional, mas esconde em seu projeto uma lógica de segregação e higienização cruel e violenta. Desvela uma lógica macabra que impõe uma ordenação brutal da cidade e age de forma silenciosa, propositalmente, justificando sua escassez das discussões atuais da realidade dos espaços urbanos. As práticas predatórias da urbanização recaem, então, no que temos de mais frágil, atingindo de forma tão desprivilegiada os pobres, os vulneráveis, e como tal trabalho pontuou, o louco produto da construção social. Buscou-se acima de tudo escancarar de que forma esse processo atinge as vulnerabilidades pertencentes a sociedade, de forma tão normalizada que raramente são debatidas. Nesse espaço procurou sinalizar que dentro de um sistema tirano, a cidade, em especial, se torna ferramenta para exclusão de sujeitos que em tese não lucram para o mesmo.

Incluso e apontado como ferramenta durante o exposto, destacamos a psicologia como ciência e profissão, compreendendo que a mesma, parte da cidade, da cultura e do capital, e uma vez produção humana dentro desse sistema, encontrou-se subordinada a ele. Entretanto, buscamos nos referir aos avanços de uma psicologia crítica que vem buscando romper com tal lógica, é nessa nova práxis que nos esforçamos para quebrar com uma ideologia estática que contempla o trabalho social como inferior, a lógica institucional e a soberania clínica da

profissão, assim como o domínio do subjetivismo que opera deslocado da sociedade. Acima de tudo, uma prática crítica da psicologia deve recair em uma análise e atividade crítica do sistema que se fundamenta.

Como alternativas viáveis, procuramos destacar essa superação do fragmentado, em esfera mais generalista, um enfrentamento contra a lógica do capital, compreendendo suas crises como circunstâncias oportunas para tal. Conceber a cidade como espaço social e direito do homem e torná-la palco, dessa vez, do coletivo, idealizando uma nova urbanização que pertença àqueles que a constroem e fazem parte dela. A revolução urbana também deverá contar com o auxílio da Psicologia Crítica, uma vez que compreenda suas limitações, a mesma estará livre para forjar uma práxis libertadora, irrompendo com a lógica do sujeito alienado, explorado e estranhado, que foi por tanto tempo destituído do próprio discurso. Aprendendo dessa forma que, assim como a cidade, esta não se produz fragmentada e carece de diálogos e corpo social em prol de uma ação totalizante.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 32 (num. esp.), 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/j6f3HznKpVNrWskM3gcPGpy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2021.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo. 2000.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro** – Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. – 1ª edição, São Paulo: Geração editorial, 2013.
- BOECHAT, F; VIEIRA, A; PIZZI, B. A "Visão Histórica da Psicologia Social" de Ignacio Martín-Baró. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 630-650, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52590>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.
- COSTA, A. C. F. DIREITO, SAÚDE E REFORMA PSIQUIÁTRICA. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Direito sanitário e saúde pública**; Márcio Iorio Aranha (org.) – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- COSTA, P. H. A; MENDES, K. T. A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 16(2), São João del-Rei, abril-junho de 2021. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e4113. Acesso em 11 de novembro de 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo. 2016.

DELAJUSTINE, A. C. **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA: DO INTERNAMENTO DO LOUCO AO APRISIONAMENTO PELA MEDICALIZAÇÃO.** Orientador: Nilson Heidemann. 2014. 49f (Trabalho de conclusão de curso) - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, UNIJUÍ, Ijuí. 2014, 49p. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2659>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

EAGLETON, T. De onde vêm os pós-modernistas? Tradução. R. Jungmann. In: WOOD, E. M; FOSTER, J. B. (org.), **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia.** Tradução de Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica.** Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1978.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009, pp. 361. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279907>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa- 4. ed.** - São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMMAMOTO, M. V. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: Capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Editora Cortez. 2007.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes** - Salvador: EDUFBA, 2012.

KYRILLOS, F; DUNKER, C. I. L. Depois do holocausto: efeitos colaterais do hospital colônia em Barbacena. **Psicologia em Revista, (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 952-974, dez. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 31 outubro de 2021.

LACERDA-JÚNIOR, F. **Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi.** Orientadora: Raquel Sousa Lobo Guzzo. Tese (doutorado) – Pontifícia Uniersidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida. PUC – Campinas. Campinas, 2010. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/422>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

LOPES, J. L. A psiquiatria e o velho hospício. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v.14, n.1-2, p.117-130, jan-jun, 1965. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/pjbpn1.php>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr., (org.). **Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea. 2011.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1844). 2010b.

MENEGAT, E. M.; DUARTE, M. J. O; FERREIRA, V. F. OS NOVOS MANICÔMIOS A CÉU ABERTOS – **EM PAUTA**, Rio de Janeiro - 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 100 – 115. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/47217/31982>. Acesso em: 24 de março de 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **DECRETO Nº 24.559, DE 3 DE JULHO DE 1934**. Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção á pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24559-3-julho-1934-515889-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841. Homologa a fundação do Hospício de Pedro II, anexo ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, para tratamento de alienados. **Revista Médica Brasileira**. [S.l.], v.1, n.3, jun. 1841. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/d82.php>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

SILVEIRA, C. E. R. **PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO: A (re)organização espacial nas cidades, a construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/854/DMP-184.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

SILVEIRA, L. C.; BRAGA, V. A. B. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v. 13, n. 4, 2005, pp. 591-595. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000400019> Acesso em: 16 de abril de 2021.

YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da Psicologia**. São Paulo: Edicon. 1987.